

Modos de endereçar a tragédia indignação, testemunho e piedade

Márcia Franz Amaral¹

Rejane de Oliveira Pozobon²

Anaqueli Rubin³

Resumo: Análise do Jornal Nacional no dia do deslizamento do Morro do Bumba, em Niterói (RJ), a partir da identificação de marcas que evidenciam modos de endereçamento na cobertura de catástrofes. Localiza especificidades na postura dos mediadores, nos tipos de entrevistas realizadas, na forma como aparece a voz do povo e na maneira como o programa posiciona a audiência.

Palavras-chave: Modos de endereçamento; catástrofes; Morro do Bumba

Abstract: Analysis of Jornal Nacional on the day of Morro do Bumba's sliding, in Niterói (RJ), from the identification of tags that show a modes of addressing coverage of disasters. Locates specific mediators in the attitude of the kinds of interviews, as it appears in the people's voice and the way the program manages the audience.

Key-words: Modes of addressing; disasters; Morro do Bumba

O objeto de análise em contexto

O artigo analisa o Jornal Nacional (JN, Rede Globo) em 08/04/2010, dia da cobertura ao vivo da tragédia do deslizamento do Morro do Bumba, em Niterói (RJ), quando 50 casas foram atingidas por 100 toneladas de lama e de lixo, soterrando mais de duzentas pessoas. O objetivo é compreender como o telejornal se porta e como posiciona sua audiência no caso de uma catástrofe. Assim, levamos em conta não somente uma orientação do programa em relação ao acontecimento, mas também em relação ao telespectador (HARTLEY, 2001, 1988). A cobertura indica ao telespectador pistas de como apreender a tragédia, ou seja, tem um modo específico de se dirigir ao público que denominamos Modos de Endereçamento.

¹ Doutora em Ciências da Comunicação e da Informação, docente do Mestrado em Comunicação e tutora do PET Comunicação (UFSM). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo / CNPq. E-mail: marciafranz.amaral@gmail.com

² Doutora em Ciências da Comunicação, docente do Mestrado em Comunicação e do Depto de Ciências da Comunicação (UFSM). Membro do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo / CNPq. E-mail: rejane.op@terra.com.br

³ Mestranda em Comunicação (UFSM).

Modos de Endereçar, neste trabalho, são as formas como um telejornal se orienta para estabelecer relações com seu público. Estão sempre vinculados a uma imagem do receptor. Por antecipação, o programa projeta um público e estabelece suas estratégias com base nele. O conceito provém dos estudos de cinema e foi aplicado ao campo da Educação pela autora norte-americana Elizabeth Ellsworth (2001). Refere-se, no campo cinematográfico, à relação do texto de um filme com a experiência do espectador. A pergunta central é: *Quem esse filme pensa que você é?* Numa primeira etapa, o conceito refere a algo que está no texto do filme e atua sobre seus espectadores imaginados ou reais, mas, numa segunda etapa, os teóricos passam a ver os modos de endereçamento menos como algo que está em um filme e mais como um evento que ocorre entre algum lugar entre o social e o individual, entre o texto e o uso que o espectador faz dele (ELLSWORTH, 2001).

Um telejornal pode adotar uma multiplicidade de formas de endereçamento simultâneas, e o telespectador também está envolvido em muitas delas em suas experiências cotidianas. Além disso, os telespectadores reais podem ver os telejornais a partir de outros lugares e responderem de formas diferentes daquelas esperadas. Desta forma, com base nas concepções de Ellsworth (2001), podemos afirmar que não há uma coincidência total entre endereço e resposta. Os Modos de Endereçamento⁴ são, portanto, complexos, e se constroem ao longo do tempo. Por esse motivo, este trabalho limita-se a encontrar algumas marcas dessas estratégias.

Nossa análise diz mais respeito a Modos de Endereçamento do telejornalismo em relação às tragédias, suas vítimas e seus públicos do que, propriamente, a Modos de Endereçamento específicos do programa Jornal Nacional, o que demandaria outro tipo de estudo. Temos o objetivo de mostrar marcas da relação do telejornal com macroacontecimentos como as catástrofes que envolvem o meio ambiente. A intenção é refletir sobre em que posição os jornalistas atuam, que falas cedem a suas fontes e que lugares convocam seu público para ocupar.

Aliás, um acontecimento como o do Morro do Bumba abriga diversos critérios de noticiabilidade. O fato é portador de uma série de atributos que o tornam noticiável: o morro não era morro (era um aterro de lixo), as pessoas moravam irregularmente em cima dele, havia anuência do poder público, tratavam-se de pessoas pobres, muitas perderam suas casas e outras tantas morreram. Os jornalistas constroem as notícias enquadrando os fatos a partir de códigos culturais, regras sociais e valores-notícias pertencentes à cultura jornalística. Entretanto, os critérios de noticiabilidade só têm sentido se forem considerados não apenas como marcas de seleção, mas como marcas de representação (FOWLER apud PONTE, 2004). Representam tanto um imaginário profissional quanto um discurso latente, político-moral da sociedade.

Assim, os critérios de noticiabilidade que trazem a tragédia do Morro do Bumba a um telejornal nacional revelam uma forma de representar a relação homem e natureza. Atualmente, as representações das questões relativas aos desastres que

⁴ O conceito tem sido inspirador para algumas pesquisas sobre jornalismo impresso (AMARAL, 2004) e para diversos trabalhos do Grupo de Pesquisa de Análise de Telejornais – Universidade Federal da Bahia. Pode ser trabalhado também na perspectiva dos gêneros.

envolvem a natureza se modificaram e os enquadramentos, tanto científicos quanto midiáticos, influenciados pela grande narrativa da preservação ao meio ambiente, passaram a relacionar a ocorrência destes fenômenos à ação humana. Assim ocorreu com a cobertura da tragédia em questão, não circunscrita a um fato “em si” ou a uma “fatalidade”.

Partimos da hipótese de que a catástrofe enquadra o discurso do meio ambiente de forma menos abstrata, pois normalmente ele é visto fora das relações sociais complexas, ou seja, o discurso ambiental se materializa em questões sociais quando ocorre uma catástrofe. Muitas vezes, predomina o enquadramento de preocupação com as “forças da natureza” e uma comoção nacional que evoca a sensação de que o meio ambiente está “fora de controle”.

No caso da cobertura analisada, os jornalistas tiveram uma postura mais crítica que o normal, tensionaram os depoimentos das fontes oficiais, aliaram-se às fontes especialistas para ressaltar o absurdo da situação e contextualizaram o fato mais do que fariam normalmente. O JN, por exemplo, trouxe imagens da década de 1980 quando um lixão funcionava no lugar onde o deslizamento ocorreu. Notamos que são posturas que emergem em eventos trágicos, quando se torna imperativo abordar suas causas e seu entorno explicativo. Entretanto, são Modos de Endereçamento ligados a fatos singulares, não observados no JN na cobertura corriqueira dos problemas sociais e ambientais.

Tragédias como a do Morro do Bumba trazem excelentes condições para examinarmos a prática jornalística. Para Moloch e Lester (1999, p.47), a rapidez do acidente e a sua natureza imprevisível levam a que os produtores de acontecimentos não estejam inicialmente preparados, e assim os poderosos possam fazer relatos descoordenados e contraditórios. Conforme os autores, esse processo de disrupção acidental, seguido de tentativas para restaurar os significados tradicionais, fazem com que os acidentes se constituam em um “recurso crucial para o estudo empírico dos processos de estruturação de acontecimentos”.

A cobertura jornalística modifica seu enquadramento no caso de tragédias ambientais ao longo da história. Há algumas décadas, as coberturas de catástrofes⁵ estavam mais centradas na naturalidade de fenômenos como secas, enchentes, deslizamentos, tremores de terra e erupções vulcânicas e seus efeitos eram considerados fatalidades. Quando pessoas eram atingidas por uma tragédia, relatava-se o caso de forma generalizada e só tinham visibilidade alguns testemunhos anônimos. Ponte (2004, p.40) cita como exemplo a atribuição de ações e de poder a objetos inanimados (a chuva matou), a evocação expressa do destino ou sorte (Ele estava no momento errado, no local errado), a invocação do inexplicável (ventos de velocidade nunca vista), a chamada de atenção para a rapidez dos fatos e a secundarização das condições sociais.

Entretanto, as representações das questões relativas aos desastres que envolvem a natureza vêm se modificando ao longo dos anos e os enquadramentos

⁵ Conforme o Dicionário Houaiss, catástrofe é acontecimento desastroso de grandes proporções, geralmente relacionado a fenômenos naturais, que provoca morte e destruição.

mediáticos⁶, influenciados pela grande narrativa da preservação ao meio ambiente, passaram a relacionar a ocorrência destes fenômenos também à ação humana frente à natureza e ao Estado ineficiente. Também as vítimas têm uma visibilidade diferente. Não são mais anônimas, suas histórias são relatadas de forma detalhada e a mídia as divulga de modo a realçar como eram felizes até o desastre (VAZ e ROLNY, 2010).

Tragédias como a de Niterói têm sua cobertura recheada de ressignificações. Diretamente do local, a apresentadora do JN Fátima Bernardes e vários repórteres fizeram críticas ao Poder Público num tom mais opinativo que o usual. As fontes oficiais ficaram em segundo plano e houve prioridade para os testemunhos das vítimas. A cobertura jornalística de uma comunidade como a do Bumba antes da tragédia dificilmente remeteria ao debate das políticas públicas e raramente teria espaço no JN. Entretanto, o resultado da tragédia legitima a ampla cobertura e autoriza, neste dia, uma postura mais indignada e opinativa e a busca de solidariedade e de piedade do telespectador.

Inspiramo-nos em Hartley (2001, p. 90) para refletirmos sobre três operadores indicadores de Modos de Endereçamento⁷: o *Mediador*, a *Entrevista investigativa* e a *Voz do povo*. Acrescentamos a essas, a *Forma de posicionar a audiência*.

O mediador posicionado

O *Mediador* diz respeito ao profissional da emissora que atua como um elo entre os telespectadores e o mundo da notícia e do *broadcast*. Os jornalistas do JN ocuparam um papel normalmente vago no telejornal: o de mediadores mais críticos, embora reativos. Desta vez, a chuva não foi a única culpada da tragédia, como entre outras vezes se fez entender, mas, sobretudo, o descaso de autoridades nomeadas pelo telejornal. A ausência da ação do Poder Público na história do morro do Bumba foi ressaltada durante toda a edição. Autoridades em geral, corriqueiramente definidoras primárias⁸ de fatos importantes, não tiveram a costumeira visibilidade.

Ser definidor primário constitui mais um resultado instável de um processo que um estatuto garantido. A análise de Hall supõe que o definidor primário fale com uma só voz e possa prevenir em sua instituição todo vazamento ou toda proposta dissonante. Ela parece excluir a possibilidade, para os jornalistas, de se comportarem eles mesmos como definidores primários, transformando fatos sociais em problemas ou acontecimentos. Ela supõe, a partir de um caso, a impotência dos definidores

⁶ Os enquadramentos midiáticos tratam de um modelo interpretativo do acontecimento que se refere a idéias, temas e linguagens que compõem o repertório cultural do público para o qual o jornalista está falando ou escrevendo.

⁷ O Grupo de Pesquisa de Análise de Telejornais desenvolveu também outros operadores de análise (GOMES, 2004).

⁸ Os definidores primários são aquelas fontes que conseguem se impor e colocam determinados assuntos na agenda midiática sob suas perspectivas, estabelecem o enquadramento.

secundários de se fazerem ouvir e a impossibilidade de a posição ‘primária’ mudar de titular (NEVEU, 2006, p. 98).

Nessa tragédia, os jornalistas ocupam o papel de definidores primários e tomam as rédeas da narrativa. Atuaram como definidores do enquadramento e, quando deram visibilidade às fontes oficiais, o fizeram de forma tensionada.

Trechos das intervenções dos jornalistas
“comunidade inteira construída sobre um aterro”
“[...] a defesa civil municipal esteve no local na terça-feira e pediu para algumas pessoas que moravam próximas a deslizamento deixassem o morro. Mas, segundo os moradores, não fez qualquer alerta ao restante da comunidade. Ontem, técnicos da defesa civil estadual também estiveram no local”
“Os seguintes prefeitos assumiram o governo de Niterói depois da desativação do lixão [...]”
“local de uma tragédia que poderia ter sido evitada”
“Dois grupos de técnicos, duas visitas e em ambas não se detectou o perigo de uma tragédia ainda maior que acabou acontecendo”
“Cada morro ou cada comunidade deveria ter pessoas locais treinadas, voluntários da defesa civil (...) mas esta idéia nunca saiu do papel”
“resgate era feito por moradores sem nenhum treinamento ou proteção”.
“Diante de tanta tragédia, é inevitável a pergunta. Por quê? (...) As casas (..) sequer estavam na lista das moradias consideradas em áreas de risco da prefeitura”
“Ministério da Justiça enviou 40 homens da força nacional de segurança, mas e aos 105 pontos em que houve deslizamentos e bombeiros de outros estados?”
“o presidente Lula negou hoje que o Rio de Janeiro tenha sido prejudicado na distribuição dos recursos para prevenir desastres naturais. E a Ordem dos Advogados do Brasil pediu que o ministério investigue o caso”

A intervenção mais crítica dos jornalistas se dá pelo fato de se tratar de uma tragédia que mobiliza sentimentos universais como indignação, solidariedade e piedade. Ou seja, em caso de tragédias, há Modos de Endereçamento específicos colocados em funcionamento, que não estão necessariamente presentes em outros momentos.

De qualquer maneira, esse cenário vai ao encontro da proposta de Chaparro (2008), que reforça a necessidade do exercício da capacidade opinativa do jornalista. Para ele, a opinião está presente desde a identificação do acontecimento, passando

pela análise e organização dos dados até a seleção das fontes. Sem intervenção valorativa não há ação jornalística, resume o autor. Neste sentido, propõe que a opinião não invalida a informação, ao contrário, a complementa. “O texto jornalístico é sempre produto de múltiplas interações inteligentes e intencionadas, entre jornalistas e fontes que têm informações, ou saberes, ou emoções, ou pontos de vista que interessam aos conteúdos e ajudam a construí-los” (CHAPARRO, 2008, p.159).

As características do acontecimento em questão fazem com que os apresentadores e repórteres não pudessem ter outra atitude senão a crítica ao Poder Público e poderíamos explicar este momento como um momento em que tanto o acontecimento posiciona a notícia, quanto a notícia posiciona o acontecimento.

Entrevistas investigativas

A *Entrevista investigativa* legitima a imprensa no papel de guardião da sociedade e devassa a imagem pública dos representantes oficiais e dos políticos. Como vimos no quadro anterior, o tensionamento com as fontes autorizadas e posicionamentos institucionais perpassa vários trechos do telejornal. Gomes (2004) amplia a compreensão sobre a entrevista investigativa, como o momento em que o pacto sobre o jornalismo é exercido. Esse pacto parte da análise de como o programa constrói as idéias de verdade e relevância da notícia, com quais valores-notícia opera, como lida com as questões de responsabilidade social, do direito público à informação e da liberdade de expressão e opinião. No pacto, “o jornalista busca explicitamente uma identificação com a audiência, se colocando na posição do “nós/opinião pública”, fazendo o tipo de perguntas que “nós” faríamos se “nós” pudéssemos” (GOMES, 2004, p. 91)

As intervenções das fontes oficiais e experts, majoritárias normalmente, foram poucas nessa cobertura e, quando presentes, foram enquadradas pelo jornalista.

Como as entrevistas das fontes oficiais foram enquadradas

Sequência 1

– O governo do Estado considera satisfatória a atuação da defesa civil - *Jornalista*

– Nosso efetivo geral da defesa civil é de 17 mil homens. Nós temos hoje em média 2 mil homens em serviço em todo o estado do RJ. É suficiente sim e atendemos muito bem a população” - *Sub-comandantedos Bombeiros do RJ*

– O governo federal mandou 1405 pessoas para ajudar depois do terremoto do Haiti, 175 no Chile [...] Mas uma tragédia aqui mesmo no Brasil no Brasil requer um pedido do Governo do Estado [...] - *Jornalista*

- O Governador Sérgio Cabral confirmou que recebeu oferta de ajuda de vários Estados, mas disse que só vai usar se for necessário. [...] Todos os urbanistas [...] concordam que pra evitar tragédias como essas é preciso evitar a ocupação das encostas. Mas infelizmente no Brasil esta parece que nunca é prioridade

das autoridades públicas - *Jornalista*

Sequência 2

– Ontem, antes do desmoronamento, o prefeito Jorge Roberto Silveira apresentou uma estimativa sobre famílias que deveriam ser removidas - *Jornalista*

– O cálculo inicial é de cerca de 320 famílias que continuam em áreas de risco - *Prefeito*

– Hoje o secretário de obras admitiu que este cálculo não incluía os moradores do morro do Bumba. O prefeito fez um cálculo de quanto custaria para remover as 320 famílias [...] É menos do que a prefeitura vai receber [...] para construir uma torre panorâmica [...] - *Jornalista*

Sponholz (2008) lembra que, do ponto de vista epistemológico, jornalistas e cientistas têm diferentes formas de acesso à realidade, com base, respectivamente, no singular e no universal. O jornalista pode conhecer mais sobre um fato isolado do que um cientista, mas talvez o jornalista tenha dificuldade em reconhecer certas conexões. “Nesse contexto insere-se o expert e o seu saber. Ele deve encaixar a peça que o jornalista encontrou no quebra-cabeça” (SPONHOLZ, 2008). Para a autora, em situação de riscos, a presença de fontes competentes se impõe, pois elas organizam a compreensão do fato sem necessariamente terem que se posicionar. Além disso, os experts têm a imagem de fonte neutra que não necessita ser confrontada. No caso pesquisado, em virtude das evidentes causas da tragédia, os experts se posicionam, ou seja, podemos afirmar que naquele momento tanto jornalistas como experts não poderiam ter agido de outra maneira. Assim, a cobertura de catástrofes impele um avanço na qualidade da cobertura do fato.

Experts entrevistados

“Cheguei a recomendar, sugerir que saíssem tendo em vista o risco a que estavam expostas” - *prof. Edson do Nascimento* (relatando sobre uma vistoria no local há oito anos)

“aí mudou a gestão e as coisas, quando muda a gestão, elas acabam se perdendo” *Regina Bienneisten, coordenadora do Núcleo de Urbanismo da Universidade Federal Fluminense*

“eles iam retornar com uma equipe maior, com equipamentos, quando aconteceu o que vocês já sabem” - *Valeria Bravo, assessora da defesa civil estadual*

Paralelamente, os jornalistas também se apropriaram das falas dos experts.

Trechos em que jornalistas se apropriam de falas dos experts

“Os maiores especialistas da cidade também alertaram sobre a tragédia anunciada”

“Todos os urbanistas, os arquitetos, os engenheiros concordam que pra evitar tragédias como estas é preciso evitar a ocupação irregular (...) Mas infelizmente no Brasil todo, esta parece que nunca é prioridade das autoridades públicas”

“Segundo especialistas ouvidos pelo Jornal Nacional, ali não era um aterro sanitário com medidas de proteção segurança, mas um local onde o lixo foi largado pela encosta sem cuidado”

“segundo professores especialistas com quem eu conversei, este aqui é um grande lixão onde nada, absolutamente nada poderia ter sido construído”

Sabemos que as falas que operam no território dos *media* são diversificadas. Existe a fala do próprio jornal, que é específica e majoritária, e as falas que comparecem porque o jornal permite que estejam em sua tessitura, são “autorizadas”. Wolf (1995) argumenta que as fontes são selecionadas a partir das exigências dos procedimentos produtivos e acabam refletindo a estrutura social e de poder existentes. No caso desta edição, foi possível observar, paralelamente à desqualificação das fontes oficiais, uma valorização dos testemunhos de populares.

A voz do povo

A *voz do povo* se refere às entrevistas com populares. Optamos por trabalhar esse operador com o conceito de testemunho. Para Quéré (2005, p.69), o acontecimento é da ordem do que ocorre a alguém, ou seja, o sentido do acontecimento está na experiência, ele se define pelo sofrimento, pela “experiência que ocasiona”.

Acontecimento e sujeito surgem, assim, em conjunto, ligados inextricavelmente: a singularidade do acontecimento e a ipseidade daqueles que o sentem são tecidas em conjunto, até porque é através da sua apropriação por indivíduos ou por colectivos que o acontecimento adquire a sua identidade e a sua significação próprias (QUÉRÉ, 2005, p. 50).

A partir do exemplo de um tsunami, o acontecimento prolonga-se na dor das perdas, na revelação de possíveis inesperados e no horizonte de possíveis que ele abre, na situação alterada, na ação coletiva em vista a remediar a devastação (BABO LANÇA, 2005).

Para LAGE (2001), o testemunho no jornalismo

é normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva: pode-se testemunhar uma guerra sem presenciar uma batalha, assistindo a um pedaço de uma (dificilmente se terá acesso ao todo), ou vendo várias; do lado do vencedor ou do vencido; identificando-se com as vítimas ou com os

agressores. [...] De modo geral, o testemunho mais confiável é o mais imediato. Ele se apóia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa; para guardar fatos na memória de longo prazo, a mente os reescreve como narrativa ou exposição, ganhando em consistência o que perde em exatidão fatural (LAGE, 2001, p. 12).

A fala do testemunho é a fala do urgente, do pungente, do desespero, do sofrimento, da busca de solução individual. Algumas estratégias tradicionais das fontes (controlar, seduzir) não funcionam no caso dos testemunhos que dificilmente estarão organizados socialmente e estrategicamente para pensar sua fala. Para Charadeau, o efeito valorativo de uma declaração pode ser de decisão (performativa), de saber (autoridade pelo saber), de opinião (julgamento) ou de testemunho, que se dá quando:

a declaração emana de um locutor que se contenta em descrever o que viu ou ouviu a respeito de um certo fato. Quase sempre se trata de um homo quotidianus, mas qualquer que seja a identidade do locutor, trata-se de uma palavra testemunhal. A instância midiática parece ganhar em credibilidade: a declaração relatada se reveste de um caráter de veracidade por ter como única finalidade descrever a realidade tal como foi vista e ouvida [...] (CHARAUDEAU, p. 169).

Charaudeau (2008) nos lembra que muitas vezes a mídia aproveita catástrofes como esta para “descrever a exaustão acontecimentos do espaço público seguindo um roteiro dramatizante que se encerra invariavelmente com as eternas questões sobre o destino humano” (CHARAUDEAU, 2008, p. 93). É justamente isso o que aconteceu na cobertura do JN acerca da tragédia no Morro do Bumba, suscitando em nós as antigas questões “como isso foi possível?”, “onde isso tudo vai parar?”, “a culpa é nossa?” Como disse um dos repórteres: – “Diante de tanta tragédia, é inevitável a pergunta. Por quê?”

Ellsworth (2001) baseia-se no argumento que para que o filme funcione para um determinado público, o espectador deve entrar em uma relação particular com a história. Entre as estratégias possíveis de gerar esse efeito, está a da humanização da história. Gomes, com base no conceito de Modos de Endereçamento, reflete sobre a humanização do relato como estratégia do JN que

se vale da predominância dos enquadramentos em *close* e planos fechados que evidenciam os “rostos” muitas vezes anônimos do telejornal. O enquadramento próximo e a identificação pelo primeiro nome, precedido do tratamento respeitoso do Português coloquial – seu João, dona Maria – prevêm a identificação com o personagem do brasileiro comum, um personagem sempre bem construído pelo JN, convincente, coerente, comum [...] e, sobretudo, necessário à construção da identidade nacional (GOMES, 2005, p. 14).

Convém ressaltar que este testemunho hoje não é mais unicamente identificado ao indivíduo, mas sim a uma experiência coletiva: “o testemunho seria hoje em dia este registro bruto (liminarmente mimético) da prática não de um cidadão, mas de uma situação coletiva problemática” (PENNA, 2003, p. 324). Gomes

reitera essa posição, explicando que nessas situações não aparece o indivíduo, mas aquele que, de fato, personifica o relato.

A sua identificação como sujeito individual dotado de uma história particular não importa tanto (podemos não saber sua profissão, sua idade, sua origem). No JN ele é apresentado como sujeito simbólico: Seu João, Dona Maria, um brasileiro. O sujeito comum – o trabalhador, o caminhoneiro, a dona de casa, o empresário – é o protagonista da maior parte das reportagens. Esses “sujeitos simbólicos” são identificados apenas pelo primeiro nome e assumem a posição social que lhes é conferida (GOMES, 2005, p. 14).

Ao contrário das fontes oficiais e dos experts, os testemunhos exercem funções peculiares no jornalismo não focadas na explicação cognitiva dos fatos. Consideramos que, de forma geral, o testemunho tem a função de demonstrar um fato ou situação, de ser uma prova cabal, afinal, nele alguém relata o que viu, ouviu ou sentiu.

Trechos dos testemunhos
“a rua desceu, então a gente precisava que alguém fosse lá com a gente. Estamos precisando imediatamente é da defesa civil”
“temos que fazer, né, São vidas” - moradora que cavava com as próprias mãos
“Meu tio ouviu o barulho da água descendo, ele veio para o quintal e começou a chamar o resto da família”
“Medo. Não tenho condições de sair daqui”
“A Defesa Civil condenou a minha casa. Não posso nem entrar na minha casa”
“Eu fiquei até 6h da manhã cavando. Achei uma vizinha abraçada a um garotinho. Depois não agüentei mais.”
“A gente vinha na frente e a terra atrás rolando. Meu filho, que vai fazer 20 anos, quase ficou.”
“Os bombeiros, que começaram a escavar com as mãos, tiveram que usar máquinas para revirar os escombros. Outros procuraram vítimas usando pás e picaretas”
“Salvei minhas três meninas e minha esposa. Meu filho está ali embaixo. Minha casa está em pé, mas o importante não está comigo”
“Eu lembro que o banheiro foi o primeiro a cair. O banheiro partiu no meio e caiu. Quando eu pisquei o olho, não conseguia sair do lugar. Só via aquelas coisas caírem em cima de mim. O barro levou tudinho e me levou na direção, acho que bati com a cabeça no muro”

O testemunho na mídia não se trata necessariamente de um relato acabado ou de uma recuperação da memória de fatos históricos. É, muitas vezes, um relato simultâneo ao acontecimento, com características efêmeras e fragmentadas, porém convocado a dar efeito de real ao discurso da notícia ou da reportagem. Para Rodrigues (1997), há três tipos de relação entre a comunicação e a experiência e o testemunho é uma delas. Os outros dois tipos são a transmissão e a comunicação simbólica. O testemunho é a comunicação “que existe entre alguém que teve a experiência directa e imediata de um acontecimento ou de um fenómeno e que a comunica a outra pessoa que não teve a mesma experiência directa e imediata” (RODRIGUES, 1997, p. 1).

O testemunho, ao comunicar uma experiência geralmente trágica, posiciona audiência num lugar de piedade. Tanto os trechos das falas dos jornalistas apresentados na primeira parte do trabalho, como os dos testemunhos, chamam os telespectadores para um sentimento de piedade para com as vítimas.

Posicionamento da audiência

O JN construiu um lugar preferencial de onde o fato deveria ser visto preferencialmente. No questionamento trazido pelos Modos de Endereçamento encontra-se a questão: – quem este telejornal quer que seu telespectador seja? Pode-se afirmar que há pelo menos três posições de sujeito oferecidas para a audiência: uma delas formada por uma postura mais reflexiva que responsabiliza o Poder Público pelo ocorrido, outra que se revolta com o fato de a tragédia ter sido anunciada pelos especialistas e uma terceira que propõe que o público tenha piedade e transforme-se, assim, em vítima virtual. Embora, como indica Ellsworth (2001), os telespectadores reais possam optar por leituras diferentes.

O JN supõe que o telespectador seja alguém que, em função da gravidade do caso, exige conhecimento das causas da tragédia, mas, ao mesmo tempo, deseja se solidarizar, ter empatia, pensar que o acidente poderia ter acontecido consigo, exercitar sua possível condição de vítima. A oferta de um lugar no telejornal para se sentir piedade das vítimas é uma estratégia típica do relato de catástrofes pela mídia.

É importante perceber que as catástrofes, como acontecimentos não controlados, são caracterizadas por relatos que atuam na identificação com o leitor. No caso da tragédia no Morro do Bumba, os testemunhos, além de legitimarem o conteúdo transmitido, simbolizam a participação da sociedade no programa, o que funciona como uma estratégia de identificação e faz com que os telespectadores se sintam representados no texto noticioso. Os telespectadores são convidados, desde os ataques de 11 de setembro de 2011, cada vez mais, a ocuparem o lugar de vítimas virtuais, a colocarem-se no lugar das pessoas atingidas, para imaginar o que passam e o que sofrem, sem sofrerem de fato.

Arendt (1963) sistematizou o conceito de “política da piedade” para designar o sentimento de culpa do indivíduo pelo sofrimento de um segmento social ao qual não pertence. Para Duarte (1996), a transformação da piedade em uma política exige que o sofrimento seja tratado à distância, pois ele visa à generalização. Mas, ao mesmo

tempo, não pode prescindir da evocação do sofrimento efetivo, preferencialmente coletivo.

Para Cruz (2006), a política da piedade é o movimento contemporâneo de globalização da ação humanitária, cuja legitimação depende da sua aceitação por parte da opinião pública. Mostra a geração emocional da piedade por via de um olhar distanciado sobre o Outro em sofrimento.

Esse sentimento de piedade surge não somente pela ênfase que os jornalistas dão ao descaso das autoridades, mas principalmente pelo protagonismo dos testemunhos dos que sofreram com a catástrofe. Além do mais, evocam a piedade do telespectador, ao ofertar o calor dos testemunhos. A piedade se constitui sobretudo num olhar que ascende a partir de uma posição de imunidade ao sofrimento observado.

Trechos que evocam piedade

“um desastre que o Brasil inteiro acompanha com aflição”

“Sobraram lixo, a chuva que voltou com força, o olhar incrédulo de quem passou a vida na área e também a solidariedade”

“A minha casa ta de pé, mas o mais importante não está comigo”

“Parentes aguardavam a procura angustiados. Durante toda a tarde, muitos corpos foram encontrados. Difícil foi medir a dor deixada pela avalanche”

Damasceno (2009) afirma que a idoneidade do informante, apontada no fragmento, é uma das maiores preocupações dos “gestores” do testemunho. Ou seja, o informante deve representar um grupo, deve ter informações e sua história deve ter pontos em comum com a história coletiva. O autor afirma que as marcas da presença do editor, na grande maioria dos casos, são escamoteadas. E o testemunho pode confrontar ou desmentir a voz do sistema, a versão oficial dos fatos.

O jornalista se converte numa espécie de “fiador” da testemunha e faz um jogo aparente de submissão ao testemunho, mas tem sobre ele um domínio muito grande. O testemunho diminui a distância entre o editor e fato narrado. Segundo Sklodowska (apud DUARTE, 1996), essa aparente harmonia e unicidade entre informante e editor causaria uma ilusão de autoria homogênea, criada para convencer o leitor de que o discurso apresentado é a expressão de uma “frente comum e solidária de dois sujeitos aliados contra o adversário comum”.

Ao constituírem boas vítimas, as notícias devem colocar o leitor num lugar não de puro expectador, mas de envolvimento. Uma boa vítima é acima de tudo uma pessoa/personagem com quem cada um pode compadecer-se ou identificar-se [...] a história da notícia tem de incorporar, de forma rápida, um modo pelo qual o leitor possa entrar em relação com os indivíduos envolvidos no evento (LANGER apud PONTE, 2004, p. 39).

A audiência é posicionada num lugar em que se indispõe com o Poder Público e ensaia a vivência da tragédia, o que lhe dá conforto, alívio e segurança.

Considerações finais

Pelo fato de ser o relato de uma catástrofe, a edição deste dia do Jornal Nacional mostra uma mobilização discursiva por parte dos jornalistas que traz à tona a piedade e a indignação e gera uma cobrança maior de ação do Poder Público.

No roteiro de um telejornal ao vivo, os testemunhos de quem sofreu com a tragédia compõem a narrativa e oferecem aos telespectadores o lugar de vítimas virtuais, que não estavam no local, mas acompanharam o acontecimento como se estivessem.

Neste sentido, o conceito Modos de Endereçamento é importante para compreendermos como o JN se relaciona com sua audiência a partir da construção de posicionamentos de leitura do programa, construindo e solidificando sua relação com os telespectadores.

O caráter opinativo e ou interpretativo se sobressaiu ao informativo e que é perceptível uma significativa transformação das fontes de informação, em que os testemunhos passam a atuar como uma estratégia do discurso jornalístico.

Na reflexão feita por Damasceno (2009), há uma relação entre informante e editor em termos de um delicado balanço entre dar a voz ao outro e tomar a voz ao outro, já que a voz somente pode ser dada a quem tem uma história afim com o projeto do narrador oculto. Há um controle deste discurso e de sua utilização. Consequentemente, os Modos de Endereçamento aqui descritos fazem com que jornalistas, fontes, vítimas reais e telespectadores enunciem de um mesmo ponto de vista, efeito do grande enunciador que é o JN. A tragédia impeliu a uma forma peculiar de apreender o fato que buscou compartilhar um sentimento de indignação com o Poder Público, de valorização dos experts e de comoção da audiência. Deslocou a cobertura de seu enquadramento rotineiro, mantendo, entretanto, a estratégia da vitimização, típica de situações trágicas, que garante a captação da audiência.

Referências

- AMARAL, Marcia Franz. **Lugares de Fala do Leitor no Diário Gaúcho**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- ARENDDT, Hannah. **Da revolução**. Brasília: Editoria Universidade de Brasília. 1963.
- BABO LANÇA, Isabel. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. In: **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n.8-9. Lisboa, ISCTE, Casa das Letras, 2005.
- CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém de d'além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos**. São Paulo: Summus, 2008.

-
- CHARADEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo, Contexto, 2008.
- CRUZ, Alice. **A inconformidade dos corpos e a doença no espaço público**. O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica do Programa de Doutorado Pós-Colonialismos e Cidadania Global, Nº 2, 2007. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/ensaios.php>. Acesso em: 7 julho. 2010.
- DAMASCENO, Dorcas Vieira. **Me llamo Rigoberta Menchú: heterogeneidade, hibridismo e relações de poder**. Mestrado em Letras Neolatinas (Conceito CAPES 4). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Título: Mestre, Ano de Obtenção: 2009.
- DUARTE, Luiz. **Distanciamento, reflexividade e interiorização da pessoa no Ocidente**. *Mana* 2(2):163-176, 1996.
- ELLSWORTH, Elisabeth. Modo de Endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Nunca Fomos Humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 07-76.
- GOMES, Itania. Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. **Intercom**, 2005.
- _____. Quem o Jornal do SBT pensa que somos? Modo de endereçamento no telejornalismo show. **Revista FAMECOS • Porto Alegre • nº 25 • dezembro 2004**
- HARTLEY, John. **Understanding News**, London: Routledge, 2001.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria**, s/d. Disponível em http://lael.pucsp.br/~tony/cursos/cev/bibl/lage_nd_reporter fontes.doc. Acesso em: 4 julho. 2010.
- MOLOCHT e LESTER, Notícias como procedimento intencional: a cerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999. p. 34-51.
- NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**, São Paulo, Edições Loyola, 2006.
- PENNA, J.C. “Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho Hispano-Americano” in SILVA, M.S. **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003, p. 299-354.
- PONTE, Cristina. **Leituras das Notícias**: contributos para uma análise do discurso jornalístico. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.
- QUÉRÉ, Louis. **Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. In: Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n.8-9. Lisboa, ISCTE, Casa das Letras, 2005.

RODRIGUES, A D. **Comunicação e experiência**. 1997. Disponível em <http://bocc.ubi.pt>. Acesso em: 4 julho. 2010.

SPONHOLZ, Liriam. Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 23, n.3, p. 591-619, set/dez. 2008.

VAZ, Paulo e ROLNY, Gaele. Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais. **XIX Compós**, 2010, Rio de Janeiro.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 4.ed. Lisboa: Presença, 1995.